



Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO

PROTOCOLO			DESPACHO APROVADO
Número 3329	Data 11/12/2023	Rubrica B	 GUILHERME GOMES Presidente
REQUERIMENTO N° 798 /2023.			EMENTA Solicita informações ao Poder Executivo acerca da atualização do cadastro imobiliário para emissão de carnês de IPTU.

EXMO. SR. PRESIDENTE,

REQUEIRO à Mesa, cumpridas as formalidades Regimentais da Casa, após a manifestação do Nobre Plenário, no sentido de ser oficiado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Eduardo Ribeiro Barison, para que Sua Excelência, por meio da Secretaria competente, remeta informações acerca do procedimento adotado para a atualização do cadastro imobiliário destinado à emissão de carnês para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a saber:

- 1) Esclarecer sobre o custo envolvido na realização desse levantamento cadastral, visando à compreensão detalhada dos recursos empregados para essa finalidade.
- 2) Especificar o software utilizado para a atualização do cadastro imobiliário, objetivando a compreensão dos métodos e tecnologias empregados no referido processo.
- 3) Apresentar a projeção de acréscimo na arrecadação decorrente da atualização na aferição da área imobiliária construída, visando à transparência e ao entendimento acerca dos impactos financeiros esperados.
- 4) Expor proposta de ação da Prefeitura Municipal para simplificar o procedimento de contestação, a fim de garantir que os contribuintes em situação regular, porém afetados por aumentos irregulares, possam contestar sem incorrer em custos adicionais.



**Câmara Municipal de Mococa
PODER LEGISLATIVO**

Justificativa:

Recebi com preocupação e atenção manifestações de municípios desta cidade, que expressaram inquietações e dificuldades referentes ao procedimento adotado pela Prefeitura Municipal. Em específico, foram levantadas questões quanto à mensuração adotada e ao prazo exígido oferecido para contestação.

Sendo assim, esta propositura se fundamenta na necessidade de evitar cobranças indevidas que possam impactar negativamente os municípios, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades em contestar tais valores, de modo a resguardar os direitos dos cidadãos e promover a adequação e transparência nos procedimentos adotados pela administração municipal.

Por fim, requeiro ainda a remessa do presente expediente à Promotoria de Justiça de Mococa para ciência e acompanhamento desse assunto revestido de interesse público e coletivo.

Plenário Venerando Ribeiro da Silva, 11 de dezembro de 2023.

**DR. THIAGO JOSÉ COLPANI
Vereador / PL**